



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto definir as condições que disciplinarão a **contratação de empresa para fornecimento de espaço e serviços para realização do evento "Entrega de homenagens Ordem do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul - Res. 843/2024 - TRE-MS"**, que ocorrerá no dia 29.8.2025, neste município de Campo Grande/MS.

1.2 A duração do evento será de 48 (quarenta e oito) horas de locação do espaço para realização da solenidade, compreendendo as etapas necessárias para atendimento das particularidades do evento (montagem, realização do evento, desmontagem).

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Assessoria de Comunicação e Cerimonial - Ascom e Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência tem entre suas atribuições, realizar as solenidades e eventos deste Tribunal Regional Eleitoral.

2.2 Solicitada pela Presidência, será realizada a solenidade de concessão da honraria **"Ordem do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul"**, que contará com a presença de todos os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, além de autoridades Municipais, Federais e Estaduais e será realizada nesta Capital.

2.3 O evento é uma condecoração estabelecida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul e acontecerá pela primeira vez neste formato e destina-se a galardoar pessoas naturais ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que, pelos serviços ou méritos, tenham se tornado dignas do reconhecimento pela Justiça Eleitoral sul-mato-grossense, em diferentes graus, conforme estabelece a Resolução 843/2024, editada em setembro de 2024. contando com diversos graus e honrarias. As medalhas e seus conjuntos, foram adquiridos por este Tribunal, e a concessão segue regimento própria descrito na referida resolução.

2.4 A presente contratação será a prestação de serviços de locação de espaço para a realização da Sessão Solene de concessão da honraria "Ordem do Mérito Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul", uma necessidade pontual e instantânea, que será atendida em data específica, não possuindo natureza continuada.

2.5 Esta cerimônia será realizada no dia **29.8.2025**, em local a ser definido, com características de acessibilidade, estacionamento, fácil acesso para montagem e desmontagem de equipamentos de apoio, logística, segurança, e espaço para buffet a ser servido no próprio local.

2.6 A quantidade estimada de participantes será de 309 convidados, entre autoridades nacionais, estaduais e municipais.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

3.1 Objetiva-se a contratação de **serviços e locação de espaço para a realização da solenidade "Ordem do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul - 2025**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.2 O espaço deve conter os requisitos especificados pela Presidência, que estão a seguir relacionados, com a justificativa de cada critério:

- **Datas: local deve estar disponível entre os dias 28 e 29 de agosto**, sendo que dia 29 será o evento, devendo o dia anterior ser reservado para a montagem e o dia posterior ao evento para desmontagem;
- Disponibilização de ampla acessibilidade, estacionamento, sanitários reservados, espaço para montagem e desmontagem dos equipamentos, segurança, espaços dedicados para buffet, equipe de staff e cozinha e ter localização próxima a hotéis com padrões adequados;
- Fornecimento de espaço e serviços de alimentação, como buffet ou jantar, em ambiente distinto da entrega das honrarias;
- O espaço deve ter todas as licenças de funcionamento e sujeitar-se-á à fiscalização dos órgãos competentes, em todos os aspectos inerentes à execução do objeto contratado, não se eximindo da responsabilidade pelos alimentos fornecidos e permitindo, em qualquer tempo, visitas técnicas em suas dependências, para efeito de verificação do atendimento às normas técnicas e às exigências da legislação que rege a matéria;
- O sistema de ar condicionado deve estar higienizado e estar em pleno funcionamento para comportar a temperatura entre 18/22°C, mantendo o ambiente climatizado durante toda a solenidade;
- Deve contar também com espaços sanitários para atender às pessoas presentes, com critérios de acessibilidade e condições de higiene e conservação e asseio;
- O espaço deve ter iluminação suficiente para o ambiente e o palco, bem como de tomadas elétricas suficientes para uso da equipe de som, iluminação e imprensa, bem como rede wi-fi disponível para a transmissão simultânea;
- O espaço deverá ter rede elétrica que suporte a instalação de painel de led, sonorização, iluminação cênica e spots direcionais;
- O espaço deverá ter amplo estacionamento, com 150 vagas para automóveis, vans/ônibus, com acesso privativo para transporte de autoridades e participantes com desembarque seguro para o espaço privativo junto ao local, com acessibilidade;
- Serviços de buffet, com fornecimento de jantar para 120 (cento e vinte) pessoas, dentre os convidados, conforme cardápio abaixo:
 - **ENTRADA DE RECEPÇÃO:** Águas Saborizadas de frutas da época, Café Expresso, Volantes *Finger Foods*, Tartar de salmão acompanhado de tost e sour cream e molho tariake Ceviche a moda do cheff Gratin de aspargos com alho poró crispe e crótons, tação de pães Pães artesanais, Crostatas,

Croissant folheado, Ciabata, Pão australiano. Estação Gastronômica Queijos Finos Parmesão em lasca capa preta, Gruyere, Gorgonzola Bergader Queijo brie folheado ao favo de mel e frutas vermelhas Lâminas de parma com figo fresco e hortelã Copa, salame hamburguês e italiano Burratas com búfala baby pesto de manjerição e tomatinhos confitados; Terrine de praliné com nozes Brandade de bacalhau na nata regado com azeite Pupunha grelhada ao pesto, Fogatine de palmito ao creme de limão siciliano, Cestinha de queijo *brie* e *chutney* de damasco, Quiche de queijo ao trio de cogumelos e crispy de couve. JANTAR – EMPRATADO: Salmão regado no azeite trufada com alcaparras e legumes salteados na manteiga, Tornado de filé Mignon ao *Malbec* com Risoto de limão siciliano e abacaxi caramelado Sofiatelle a caprese com tomates frescos, mussarela de búfala e manjerição SOBREMESA: Cheese cake com calda de frutas vermelhas. ESTAÇÃO DE DESPEDIDA: Café expresso Petit four. BEBIDAS: Água mineral com e sem gás, Refrigerantes normais e zero. Whisky e Vinho serão fornecidos pelo TRE-MS, sem cobrança de rolha. Gelo e copos para whisky e vinho deverão ser disponibilizados pelo contratado.

- Local do evento deve estar nas proximidades do TRE/MS, não excedendo a 2,5 km de distância do prédio Sede deste órgão, que está situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23, Bairro Parque dos Poderes. Esta proximidade é crucial para otimizar a logística de transporte de staff, equipe de apoio, serviços terceirizados, autoridades, convidados e agraciados, bem como o deslocamento dos servidores de apoio.
- Na solenidade, é provável que o público seja agraciado com uma apresentação artística e/ou a previsão de uma participação especial para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Essa participação pode ser de um coral, de uma banda ou artista local e para tanto necessitamos de mais um espaço privativo para a acomodação dos participantes dessa apresentação.
- E, por fim, objetivando guarnecer os serviços de copa para a mesa de honra, (água e café) que serão prestados pelos terceirizados do local ou do TRE-MS, segurança para as autoridades, espaço de apoio para os servidores que trabalharão no evento, além de todo apoio cerimonial que o evento necessite.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Consórcio**

4.1. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

- **Sustentabilidade**

4.2. A contratada, preferencialmente, deverá apresentar soluções sustentáveis em seus espaços e instalações, como a utilização de materiais e técnicas que promovam a redução do consumo de energia e sistemas de energia renovável.

4.3. A contratada deverá adotar práticas que não agredam o meio ambiente e que visam diminuir impactos que possam ser gerados na realização do evento.

- **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- **Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Somente serão aceitos serviços que atendam a todas as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritos sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.3.2. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da Ascom - Assessoria de Comunicação e Cerimonial e Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência.

6.3.2.1. A atividade de fiscalização por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto contratado.

6.3.2.2. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

6.3.2.3. A Administração, através da fiscalização, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sem exacerbar sua competência, toda e qualquer ação de orientação geral sobre a execução dos serviços.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII), quando for o caso de serviços continuados.

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços, mediante Ofício, Mensagem Eletrônica ou Requisição de fornecimento ou envio de Nota de Empenho;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral do MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. Acompanhar a execução dos serviços pela contratada;

6.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados ficará a cargo da Ascom - Assessoria de Comunicação e Cerimonial e/ou da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência, e consistem em:

7.1.2. O recebimento provisório deverá ser realizado em até 2 (dois) dias úteis após a prestação dos serviços.

7.2. O recebimento definitivo será realizado em até 2 (dois) dias úteis, após o recebimento provisório.

7.3. A fiscalização rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Referência.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.5.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.5.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada pela empresa contratada à ASCOM, após a conclusão da execução dos serviços. A critério do TRE/MS a nota fiscal/fatura poderá ser encaminhada para o e-mail indicado pela fiscalização.

7.6. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.6.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.9. O pagamento será realizado em 2 (duas) parcelas. A primeira, de 30% (trinta por cento) do valor total dos serviços, no ato de assinatura do contrato e a segunda, de 70% (setenta por cento) restante, após a conclusão da prestação dos serviço.

7.9.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados da assinatura do contrato, para a primeira parcela e do

recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, para a segunda parcela e ocorrerá por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A contratação dos serviços pode ser realizada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos disposto no artigo 75, II, da mencionada lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O Decreto nº 12.343 de 30/12/2024 atualizou os valores do referido artigo 75, vejamos:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

(...)

Art. 75, caput, inciso II R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

8.2. A análise técnica das propostas será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas empresas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. O critério de julgamento será o menor preço das propostas que atenderem a todas as condições exigidas neste Termo de Referência.

• **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União - Leis nº 15.080, de 30/12/2024 (LDO 2025), nº 15.121, de 10/04/2025 (LOA 2025) e com o art. 16 da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: (1902076)

I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

II) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054

IV) Elementos de Despesa: 3390.39.23;

V) Plano Interno: ADM EVENTO;

VI) Ptes: 167737

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico,

para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

10.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução da contratação, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

10.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de desatendimento das disposições do Aviso de Dispensa, deste Termo de Referência ou de ordens da fiscalização;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento;
- c) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal a extinção da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

10.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

10.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

10.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 10.3.2 e 10.3.3 abaixo;

10.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

10.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa:

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da

multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

10.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

10.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste capítulo.

10.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

10.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

10.3.8. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas neste instrumento.

10.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total da contratação;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

10.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 10.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS.

10.6. A aplicação das **sanções previstas neste capítulo** serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 10.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 10.3.7.

10.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

11.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência e na minuta do Contrato, se houver.

11.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

11.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

11.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

11.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

12. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Aviso de Dispensa, na proposta de preços, e no Termo Contratual e/ou Nota de Empenho, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

12.2. Manter, durante todo o prazo de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

12.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

12.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

12.5. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

12.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização.

12.7. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à prestação dos serviços contratados.

12.8. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

12.9. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

12.10. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio do TRE/MS (Resolução e Lei LAI).

**Equipe de Planejamento da Contratação
Campo Grande/MS**



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, **Chefe de Seção**, em 08/08/2025, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1902291** e o código CRC **BEE298CD**.



0004563-80.2025.6.12.8000

1902291v12